



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

MEMÓRIA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2021

Data: 16/06/21 - Quarta-feira

Horário: 14h:30 às 16:00 min

Local: Realizada por videoconferência por meio do aplicativo Zoom Meeting.

1. Aprovação de Requerimento acerca da matéria de imprensa publicada no meionorte.com: Banco Regional de Brasília vai financiar regularização fundiária no Piauí;
2. Avisos Finais.

Reunião presidida: Cícero Roberto de Melo – Agenda 21, presidente do CTCS, Cícero Roberto de Melo, e **coordenada** por Loyane Corrêa Martins – Secretária Executiva do Conselho de Transparência e Controle Social - CTCS.

Ouvintes:

Ana Luiza Noronha

Marcus Vinicius

	ENTIDADE	REPRESENTANTE		02/06/2021
1	Associação Brasiliense de Imprensa - ABI	Titular	Carlos Augusto Santos Assumpção	FJ
		Suplente	Wanderval Calaça de Mendonça	-
2	Agenda 21	Titular	Cícero Roberto de Melo	P
		Suplente	José Ferreira Simões	-
3	Conselho Regional de Economia do DF - CORECON	Titular	Jucemar José Imperatori	P
		Suplente	Maria Cristina de Araújo	-
4	Conselho Regional de Contabilidade - CRC	Titular	Bruno Chaves da Silva	P
		Suplente	Paulo César de Melo Mendes	-
5	DF em Movimento	Titular	Guilherme Alves Carvalho	P
		Suplente	-	-
6	Federação da Agricultura do DF - FAPE	Titular	Sandra Moreira Padilha Vitoriano	P
		Suplente		-
8	Federação de comércio do DF - FECOMÉRCIO	Titular	Célio Ferreira de Paiva	FJ
		Suplente	-	
9	Federação das Indústrias do DF - FIBRA	Titular	-	
		Suplente	Leila Daniella Rodrigues Ferreira	FJ
10	Instituto de	Titular	Laura Karoliny Nogueira	P



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

	Fiscalização e Controle - IFC	Suplente	Calebe de Mello Cerqueira	-
11	Ordem dos Advogados do Brasil - OAB – DF	Titular	Thiago Holanda Barbosa	FJ
		Suplente	Elise Eleonore de Brites	-
12	Observatório Social de Brasília - OS Brasília	Titular	Luis Fernando Ferreira Costa	P
		Suplente	Flávia Lemos Sampaio Xavier	
PRESENTE (P)				7
Faltas Injustificadas (FI)				0
Faltas Justificadas (FJ)				4

Observação: as presenças são contabilizadas por instituição.

Reunião e encaminhamentos

A reunião iniciou com as palavras do presidente do CTCS e representante da Agenda 21, Cícero Roberto de Melo, dando boas-vindas a todos os presentes, e introduzindo brevemente o primeiro ponto de pauta. As reuniões estão sendo transmitidas pelo canal do youtube da Controladoria Geral do DF.

1. Aprovação de Requerimento acerca da matéria de imprensa publicada no meionorte.com: Banco Regional de Brasília vai financiar regularização fundiária no Piauí

A Conselheira Laura Karoliny, representante do Instituto de Fiscalização e Controle, chama a atenção para que o BRB foque em políticas que incentivam a economia regional do DF e não a de outros estados. Por que financiar o Flamengo sendo que os esportes brasilienses têm ganhado destaque? A conselheira citou como exemplo o time de Basquete Universal e os times de vôlei feminino. Apesar de o banco ter sua autonomia, por que ele está priorizando regular terrenos do Piauí sendo que aqui no DF temos situações que precisam desse apoio? A conselheira fica surpresa que mesmo com iniciativas do DF e da RIDE precisando desse apoio de instituições como NOVACAP e o BRB, ambas dão aval para que os recursos públicos do DF sejam destinados às iniciativas que ocorrem em outros estados.

Jucemar Imperatori, representante do CORECON, falou sobre a importância dos bancos públicos para o desenvolvimento regional. É importante falar que existem filiais do BRB em São Paulo e no Rio de Janeiro, então não podemos restringir os investimentos do banco apenas no DF. Também temos muitas pessoas do nordeste que migraram para o DF, logo, se o banco tem recursos para financiar e para emprestar dinheiro para outros estados que beneficiam as populações que migraram para o DF, o conselheiro não vê problema. O conselheiro fala que é uma boa estratégia ter um banco com alta capitalização e com



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

financiamento em outros estados, até para que o banco seja competitivo no mercado e tenha condições de sobreviver. A questão que precisa ser debatida é se tem alguma influência do governador nas decisões do banco. Além disso, ele também chama a atenção de que Brasília necessita dos recursos, então precisamos discutir sobre essa necessidade do DF e porque não estão sendo atendidas.

A conselheira Sandra Vitoriano, representante da FAPE-DF, fala para os conselheiros sobre um dos maiores gargalos na agricultura do DF, a regularização de terras. Já tem anos que a população luta para que isso aconteça, mas a questão política segue embarreirando isso. Ela conta um pouco sobre a necessidade de financiamento do produtor rural, principalmente durante a pandemia e que acha estranho a troca de papéis e funções do BRB para que o banco financie instituições e produtores rurais de fora do território do DF.

O conselheiro Luís Costa, representante do Observatório Social, fala sobre o processo técnico de se abrir agências em outros estados. O conselheiro acredita que não existe razão técnica para o financiamento de projetos no Piauí, e sim, provável beneficiamento do governador e de seus familiares e amigos, segundo as notícias veiculadas pela imprensa. Já existem bancos de fomento local no Piauí e o conselheiro não enxerga motivo aparente para que o BRB invista seus recursos nesse estado. Luís finalizou falando que o conselho precisa se posicionar e que o Ministério Público do DF e a Controladoria Geral do DF precisam ser oficiados.

O conselheiro Bruno Chaves, representante do CRC, se pronunciou falando que não vê impedimento da ação olhando pelo lado do estatuto do BRB. Mas acredita que o conselho possa ser mais efetivo a partir do momento em que ele analisa os orçamentos aprovados, dessa forma, antecipando algumas situações em que o CTCS pode atuar previamente. Também deu a ideia de algum representante do governo apresentar os orçamentos plurianuais e anuais em alguma reunião do conselho para que o CTCS consiga acompanhar se os orçamentos estão sendo utilizados do jeito que devem.

O conselheiro Jucemar também fez um apontamento que o orçamento do banco e do governo são diferentes e que o CTCS precisa ter isso em mente.

A conselheira Laura segue questionando as atitudes do banco que tem como característica principal investir e fomentar iniciativas regionais. Por que investir e gerar emprego em outras regiões sendo que no próprio DF existe a necessidade de usar esses recursos?

Bruno pergunta se existem projetos governamentais no DF e na RIDE que necessitam desse recurso. Porque se existem, o conselho poderia questionar o BRB do porquê que os recursos não estão sendo destinados à essas iniciativas e sim para projetos no Piauí.

O conselheiro Luís sugere que o CTCS oficie a Casa Civil, o BRB, a Controladoria Geral do DF, o Ministério Público do DF e o Tribunal de Contas do DF em relação aos tópicos que foram abordados na reunião.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

O Conselheiro Guilherme achou importante que o Governador possa dar explicações, se ele teve conhecimento e qual a sua opinião a respeito do fato.

Foi encaminhada para votação a proposta de enviar um ofício para os seguintes órgãos: BRB, Casa Civil, CGDF e MPDF. Cada documento terá as argumentações apresentadas durante a reunião e com as especificidades de argumentos para cada órgão. Os textos serão construídos pelo conselheiro Luís Costa até o dia 18/06 e até o dia 22/06 os conselheiros trabalharão para finalizar o texto que será encaminhado para os órgãos pela secretaria executiva.

A proposta foi aceita por unanimidade.

2. Avisos Gerais;

O conselheiro Guilherme pediu para que os conselheiros divulguem amplamente os links das reuniões para que a população tenha mais acesso e acompanhe o CTCS.

O conselheiro Guilherme novamente falou que o setor cultural resolveu adiar o diálogo com o secretário de economia e de cultura em relação ao saldo remanescente do FAC porque assim que o edital fechar, existirão dados quantitativos sobre o número de pessoas que não foram atendidas e que necessitam dessa verba.

O Presidente Cícero agradece a presença de todos e encerra a 4ª reunião extraordinária do Controle de Transparência e Controle Social do ano de 2021 às 16:00.